

Empresários e sindicalistas avaliam os constituintes

ANDRÉ SINGER

Editor do Painei

As vésperas da promulgação da nova Constituição começam a circular pelo país as avaliações feitas por empresários e sindicalistas da atuação dos 559 parlamentares que escreveram a Carta. Em um esforço de sistematização inédito, cada um dos dois grandes setores da sociedade produziu uma relação completa do voto dos constituintes nas questões que lhes interessavam diretamente. Atribuíram pontos a cada voto (sim, não ou abstenção e ausente) e obtiveram uma média final indicando com precisão se o comportamento do parlamentar ao longo dos trabalhos foi considerado favorável ou não.

O objetivo da divulgação dessas listas é cobrar dos constituintes, que continuam sendo agora deputados e senadores, por sua atuação. Para os que declararam em palanques ter compromissos com "os interesses dos trabalhadores" mas não votaram de acordo com as teses dos sindicalistas, teria chegado a hora da verdade. Para os que se elegeram falando a favor da iniciativa privada, mas não apertaram o botão em consonância com o que esperavam as lideranças empresariais, também chegou o momento das explicações.

Para o grande público o interesse das listas está em que mostra os pontos considerados privilegiados pelos dois lobbies e traça um perfil apurado de qual foi a atuação objetiva dos parlamentares na hora da decisão. Se em política, o discurso ocupa um lugar insubstituível, há também o momento da ação concreta, e nada mais preciso para avaliá-la do que as votações do Congresso constituinte. As pesquisas foram feitas por Nei Figueiredo, super-visor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), pelo lado empresarial, e pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) pelo lado dos trabalhadores.

As listas mostram, só por existirem e serem divulgadas, também que o lobby (pressão organizada sobre o poder político) está deixando de ser algo clandestino no Brasil. O documento da Diap estará sendo lançado depois de amanhã em Brasília na forma de um livro. A avaliação dos empresários circula de maneira menos aberta, mas nem por isso menos efetiva. O objetivo é que o empresário saiba com quem

está falando quando receber um parlamentar em busca de apoio ou recursos. Não é à toa que uma das colunas da lista traz a singela inscrição "índice de voto a nosso favor".

Pode-se dividir os parlamentares listados entre "casos paradigmáticos" e "surpresas". Entre os paradigmas estão, por exemplo, Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) e Luis Inacio Lula da Silva (PT-SP) (veja o quadro nesta página). Enquanto Luiz Eduardo votou em tudo a favor da iniciativa privada e contra a orientação sindical, Lula fez exatamente o contrário. Foi isso que determinou que Luiz Eduardo, filho do ministro Antônio Carlos Magalhães e um dos líderes do Centrão, obtivesse a nota máxima entre os empresários e a mínima para os trabalhadores, enquanto o ex-presidente nacional do PT recebeu a qualificação inversa (escala de 0 a 100 para os empresários e 0 a 10 para os sindicalistas).

Estão entre os casos de voto "para um lado só", embora sem a mesma pureza de Luiz Eduardo e Lula, os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e Ricardo Fiúza (PFL-PE) e o senador Roberto Campos (PDS-MT). Dornelles não recebeu a nota máxima dos empresários (100) porque votou contra uma das decisões que interessava às empresas multinacionais. Mas ficou com 93,75. Do ponto de vista dos sindicatos, Dornelles não ficou no zero porque no segundo turno se ausentou das votações sobre estabilidade e jornada de 6 horas, ao invés de votar não, e disse sim à auto-aplicabilidade dos direitos sociais garantidos pela nova Constituição. Dornelles ficou com 0,75 na avaliação do Diap (veja os itens considerados por cada setor no texto "Entenda o quadro das notas", nesta página).

Mas, Dornelles, Fiúza e Campos, exceto um ou outro detalhe, marcam sua atuação por votar numa direção definida. Outros parlamentares tiveram comportamentos menos unívocos e acabaram com nota baixa nas duas listas. É o que aconteceu com o deputado Guilherme Afif Domingos (PFL-SP). Afif, muito ligado às teses do liberalismo econômico, se ausentou de 20 das vinte e três votações consideradas prioritárias pelos empresários. Embora tenha votado sim nas vezes em que compareceu, o número de ausências o deixou em má situação aos olhos empresariais. Já nas decisões com valor para os líderes sindicais, Afif compareceu e votou coerente-

Grupos avaliam os "melhores"

Do editor do Painei

A partir das avaliações feitas pela Fiesp-Febraban e pelo Diap é possível identificar os "melhores" constituintes do ponto de vista de cada um destes grupos. Os empresários consideram como "melhores" os "constituintes que votaram integralmente coma livre iniciativa" no conjunto das votações da nova Carta. Entre os vinte constituintes mais bem avaliados pelos empresários estão: Albano Franco (PMDB-SE); Amaral Netto (PDS-RJ); Basílio Vilani (PTB-PR); Carlos Sant'Anna (PMDB-BA); Delfim Netto (PDS-SP); Francisco Dornelles (PFL-RJ); Jorge Bornhausen (PFL-SC); José Lourenço (PFL-BA); Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA); Luis Roberto Ponte (PMDB-RS); Sandra Cavalcanti (PFL-RJ); Antonio Carlos Mendes Thame (PTB-SP); Benito Gama (PFL-BA); Fausto Rocha (PFL-SP); Paulo Pimentel (PFL-PR); Paulo Zarzur (PMDB-SP); Ricardo Fiúza

(PFL-PE); Ricardo Izar (PFL-SP); Roberto Campos (PDS-MT); Rubem Medina (PFL-RJ) e Cunha Bueno (PDS-SP).

No caso dos trabalhadores, os "melhores" estão entre aqueles que receberam notas entre 9 a 10. Entre os vinte constituintes mais bem avaliados pelos sindicalistas estão Eduardo Bonfim (PC do B-AL); Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL); Abigail Feitosa (PSB-BA); Fernando Santana (PCB-BA); Jorge Hage (PSDB-BA); Lidice da Mata (PC do B-BA); Moyses Pimentel (PMDB-CE); Raymundo Bezerra (PMDB-CE); Maria de Lourdes Abadia (PMDB-DF); Nelson Aguiar (PDT-ES); Vasco Alves (PSDB-ES); Iram Saraiva (PMDB-GO); João Natal (PMDB-GO); Antônio Gaspar (PMDB-MA); João Carlos Saboia (PMDB-MA); Itamar Franco (sem partido-MG); José Da Conceição (PMDB-MG); Octávio Elísio (PSD B-MG); Paulo Delgado (PT-MG) e Ademir Andrade (PSB-PA).

mente não, o que o fez ficar ali com nota zero.

O deputado José Serra (PSDB) candidato à Prefeitura de São Paulo, procurou orientar seu trabalho por uma concepção "modernizadora". Acabou com uma nota baixa na lista do Diap (3,75) porque, entre outras coisas, votou contra a estabilidade e se ausentou na votação sobre direito de greve no segundo turno. Para os empresários, Serra teria votado certo pouco mais da metade das vezes, mas contrariou os interesses empresariais nas votações que preocupavam mais diretamente às multinacionais e por isso levou nota 12,50 nesses itens, como mostra a relação publicada nesta página.

Outros líderes do PSDB tiveram notas um pouco mais altas entre os sindicatos, mas não alcançaram os níveis máximos. Pimenta da Veiga, candidato a prefeito de Belo Horizonte (MG) teve 6,25; e os senadores José Richa (PR), 5,75; Fernando Henrique Cardoso (SP), 5,00; e Mário Covas 6,25. Mas também não comportaram de acordo com o figurino da Fiesp-Febraban: todos eles, por exemplo, votaram contra a proposta empresarial que restringia

o direito de greve.

O candidato até aqui majoritário a prefeito de Recife, Joaquim Francisco, foi mais um que não agradou nem a gregos nem a troianos. Votando não ou se ausentando, Francisco não contribuiu para fortalecer as propostas empresariais. Ausente também de boa parte das votações consideradas essenciais pelos trabalhadores, o ex-ministro do Interior acabou com nota 4,75 dada pelo Diap.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) que apareceu no quadro com nota média para os empresários e baixa para os sindicalistas votou com as teses da livre iniciativa nos assuntos essenciais, mas não apoiou com tanta veemência os interesses das multinacionais. Sandra foi peça importante na articulação parlamentarista dentro do Congresso constituinte, mas esse item não entrou na avaliação de nenhum dos lobbies. O Diap apenas indicou como votaram os parlamentares a esse respeito, sem levar isso em conta para efeito de nota. "O que era polêmico dentro do movimento sindical, o Diap não avaliou", explica Sérgio Gomes, coordenador editorial do projeto.

A AVALIAÇÃO DOS CONSTITUINTES

Nome	Avaliação dos empresários (Escala: 0 a 100)	Avaliação dos sindicalistas (Escala: 0 a 10)
Guilherme Afif Domingos (PL-SP)	6,25	0
Albano Franco (PMDB-SE)	37,50	0,50
Bernardo Cabral (PMDB-AM)	12,50	5,50
Bonifácio de Andrada (PDS-MG)	75,00	0,50
Carlos Sant'Anna (PMDB-BA)	25,62	0
Delfim Netto (PDS-SP)	68,75	0,25
Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP)	0	5,00
Francisco Dornelles (PFL-MG)	93,75	0,75
Jarbas Passarinho (PDS-PA)	25,00	3,75
José Lourenço (PFL-BA)	62,50	0,25
José Richa (PSDB-PR)	0	5,75
José Serra (PSDB-SP)	12,50	3,75
Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA)	100	0
Luis Inacio Lula da Silva (PT-SP)	0	10
Mário Covas (PSDB-RS)	0	6,25
Nelson Jobim (PMDB-RS)	0	5,75
Ricardo Fiúza (PFL-PE)	93,75	0,25
Roberto Campos (PDS-MT)	93,75	0
Sandra Cavalcanti (PFL-RJ)	56,88	2,50
Severo Gomes (PMDB-SP)	0	6,00

Entenda o quadro das notas

Do Editor do Painei

O quadro acima apresenta a nota atribuída a 20 constituintes pelo estudo da assessoria da Fiesp-Febraban e pelo Diap. A Fiesp-Febraban usou uma escala de 0 a 100, enquanto o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) preferiu notas de 0 a 10.

Os estudos usaram uma metodologia parecida embora os itens escolhidos para determinar a avaliação tenham sido diferentes. Em ambos os casos, definiu-se quais eram as votações fundamentais para os respectivos setores, deu-se pontos de acordo com o voto do parlamentar nessa votação e a nota é a média final dessa pontuação.

No estudo dos sindicalistas foram levados em consideração o primeiro e o segundo turnos. No dos empresários só segundo. A lista dos empresários está dividida em dois grupos de itens, sendo que a nota publicada no quadro acima corresponde apenas ao segundo grupo, que, segundo

explicou o autor da pesquisa, Nei Figueiredo, interessava mais de perto às empresas multinacionais. Os itens considerados para a nota empresarial foram: 1. Conceito de empresa nacional; 2. Ação do Estado na economia; 3. Reserva de mercado para compras por parte do setor público e 4. Relação com a tecnologia estrangeira. O primeiro grupo de itens destacado pela assessoria empresarial não foi convertido em nota, mas segundo Figueiredo pode ser feito a qualquer momento.

Os itens considerados de interesse essencial para os trabalhadores no 2º turno foram: 1. Estabilidade; 2. 40 horas semanais; 3. Turno de 6 horas; 4. Imprescritibilidade durante cinco anos das causas trabalhistas; 5. Direito irrestrito de greve; 6. Aviso-prévio proporcional; 7. Estabilidade do dirigente sindical; 8. Sindicato como substituto processual; 9. Participação dos trabalhadores em órgãos de seu interesse e 10. Auto-aplicabilidade dos direitos garantidos na Constituição. (AS)

Justiça vai permitir a entrega das medalhas

Da Sucursal de Brasília

Na festa da promulgação da nova Constituição, marcada para o próximo dia 5 de outubro, o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, se quiser, poderá fazer a entrega das medalhas comemorativas, feitas especialmente para homenagear os integrantes e os convidados especiais do Congresso constituinte.

O juiz da 5ª Vara Federal do Rio Grande do Sul, Luiz Furquim, apesar de ter colhido a ação popular que pede a suspensão da entrega das medalhas, não concedeu a liminar que impediria a homenagem. A liminar teria efeito imediato, antes mesmo que fosse julgado o mérito da ação.

Se Ulysses Guimarães resolver prosseguir com os planos da soleni-

dade e entregar as medalhas, ele e os responsáveis pela Casa da Moeda poderão ser obrigados a reembolsar os cofres da União pelos gastos dispendidos na cunhagem das medalhas, caso a Justiça dê sentença favorável à ação popular. Isto ocorreria somente dentro de 60 dias, antes do que, a ação que pede a suspensão da entrega das medalhas não irá a julgamento.

O juiz Luiz Furquim, além de acolher a ação, comunicou a sua existência ao deputado e à Casa da Moeda, para que fossem informados de que a entrega das medalhas está sendo contestada. As medalhas comemorativas da festa da promulgação da nova Carta já foram cunhadas a pedido do Congresso constituinte: são cinco de ouro, 689 de prata e 500 de bronze. A despesa ficou em torno de Cz\$ 46 milhões.